

**Título:** *Visto de lá: a corte portuguesa no Brasil contada aos mais novos*

**Nome dos autores:**

Ângela Balça – UE/CIEP

Olga Magalhães – UE/CIDEHUS

Paulo Costa – UE/CIEP

**Resumo:**

Partindo da obra *1808*, da autoria de Laurentino Gomes, escritor e jornalista brasileiro, com ilustrações da artista plástica Rita Bromberg Brugger, publicada no Brasil, em 2008, no âmbito da comemoração dos 200 anos da chegada ao Brasil da família real portuguesa, procurámos verificar de que forma esta edição de recepção juvenil apresenta ‘o nascimento do Brasil’ visto por um olhar não europeu aos mais novos. Procurámos, para tal, centrar-nos na forma como o perfil das personagens fulcrais envolvidas nestes acontecimentos, especialmente o de D. João, vai sendo, ao longo da construção da narrativa, traçado.

### **1. A obra *1808*, breve apresentação.**

O nosso estudo tem como pano de fundo a obra *1808*, da autoria de Laurentino Gomes, escritor e jornalista brasileiro, com ilustrações da artista plástica Rita Bromberg Brugger, publicada no Brasil, em 2008, pela Editora Planeta Jovem. Esta é uma “Edição Juvenil Ilustrada”, como é referido na própria capa do livro.

Esta edição juvenil tem o texto editado pela jornalista Denise Ortiz, a partir da obra homónima, igualmente da autoria de Laurentino Gomes, vinda a lume com a chancela da Editora Planeta, no Brasil, em 2007. *1808* pretende assinalar os 200 anos da chegada ao Brasil da família real portuguesa, data objecto de inúmeras comemorações tanto nesse país como em Portugal, durante o ano de 2008. Igualmente no referido ano,

a edição para adultos de *1808*, para além de um assinalável êxito em termos de vendas no Brasil e em Portugal, recebeu dois importantíssimos prémios – o Prémio de melhor livro de ensaio da Academia Brasileira de Letras e o Prémio Jabuti de Literatura, na categoria livro-reportagem e livro do ano de não-ficção.

## **2. Enquadramento histórico**

O final do século XVIII veio encontrar o reino de Portugal numa situação razoavelmente confortável, resultante de uma conjuntura económica favorável onde alguns leves sinais de modernidade não contrariam a realidade de uma monarquia absoluta de antigo regime. A Rainha, D. Maria I, governava o país desde 1777, mas a partir da última década do século, tendo-lhe sido diagnosticada uma demência, o príncipe D. João vai assumir, primeiro informalmente (1792) e depois oficialmente (1799) a Regência do Reino (Martins, 2009). Como sabemos, o futuro D. João VI, apenas chegou a esta condição pela morte do príncipe herdeiro D. José, não tendo a sua educação sido a de preparação de um futuro rei. A esta situação acresce o facto de, em Portugal, como na Europa, se sentirem já os abalos provocados pelas sequelas da Revolução Francesa.

Ora é neste clima de intranquilidade face aos desenvolvimentos da situação política em França que Portugal vai tentar, a todo o custo, manter a neutralidade relativamente às questões entre França e a Inglaterra. Esta tentativa de neutralidade explica, em grande parte, a sucessão de avanços e recuos da coroa portuguesa. Entre a fidelidade ao tradicional aliado – a Inglaterra – e as ameaças da nova França, por vezes acompanhada da Espanha, Portugal vai procurando resistir, até porque a defesa dos interesses económicos e coloniais também o aconselhavam.

É nesse contexto que se podem compreender as reacções portuguesas às sucessivas ameaças de França à coroa portuguesa com o intuito de obrigar Portugal a quebrar a sua aliança secular com a Inglaterra. A França de Napoleão, entre projectos para invadir Portugal (1800) e acordos com Espanha para partilha do território português (1801), vai procurando forçar Portugal a admitir fechar os portos à navegação inglesa e ao pagamento de pesadas indemnizações e contribuições (Oliveira Marques, 1972).

Ainda assim, os esforços portugueses são, de alguma forma, recompensados pela assinatura, em 1804, de um tratado no qual a França reconhece a neutralidade portuguesa durante a guerra entre França e Inglaterra, sem que, no entanto, este tratado ponha fim quer às negociações quer às pressões diplomáticas francesas que se aprofundam com a chegada a Lisboa do novo embaixador, Junot.

Entretanto, os exércitos de Napoleão vão conhecendo derrotas (como na batalha marítima de Trafalgar, contra a Inglaterra) e vitórias (como em Austerlitz, contra Russos e Austríacos), mas vão sobretudo garantindo a supremacia francesa na Europa continental. É nessa lógica que deve ser entendido o Bloqueio Continental (1806) que visava “*o encerramento dos mercados europeus à Inglaterra de forma a paralisar a sua indústria e constranger este país à paz. Na sequência (...) exigiu-se o encerramento dos portos portugueses à navegação britânica e a confiscação dos bens dos súbditos ingleses residentes em Portugal*” (Torgal, 1997, p.77). Se bem que a Inglaterra por diversas vezes tenha reafirmado o seu apoio a Portugal, do ponto de vista económico e financeiro, o país não estava preparado para resistir de facto às ameaças francesas, quer por não estar dotado de argumentos militares quer por debilidades económicas que ciclicamente reapareciam (Martins, 2009).

O ano de 1807 foi um período particularmente difícil para o regente e para a coroa portuguesa, particularmente porque os acontecimentos nos vários cenários de guerra e a aparente consolidação do poder napoleónico fragilizam cada vez mais a posição portuguesa. O tratado de Fontainebleu, com o seu projecto de ocupação e de divisão do território português entre a Etrúria, a Espanha e a França, reanimou um projecto já longamente amadurecido – a possibilidade de transferência da corte portuguesa para o Brasil. Em sucessivas reuniões do Conselho de Estado, o príncipe regente ouviu conselheiros e elementos da elite do país que esgrimem argumentos a favor e contra a resistência a Napoleão. No entanto, *“no essencial, a elite portuguesa interiorizou a opção atlântica que (...) foi o garante da sobrevivência política do país”* (Martins, 2009, p. 36).

A entrada do exército francês, comandado por Junot, em território nacional veio precipitar a decisão e foi nos seguintes termos que, a 26 de Novembro, o príncipe regente anunciou a partida:

*“Tendo procurado por todos meios possíveis conservar a Neutralidade, de que até agora têm gozado os meus fiéis e amados vassallos: e apesar de ter exaurido o meu real erário, e de todos os meus sacrifícios a que me tenho sujeito, chegado ao excesso de fechar os portos dos meus Reinos aos vassallos do meu antigo e leal aliado, o Rei da Grã-Bretanha, expondo o comércio dos meus vassallos a total ruína, e sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos de minha Coroa: vejo que pelo interior do meu Reino marcham tropas do Imperador dos Franceses e Rei de Itália, a quem eu me havia unido no Continente, na persuasão de não ser mais inquietado; e que as mesmas se dirigem a esta capital. E querendo eu evitar as funestas consequências que podem seguir de uma defesa, que seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade, e capaz de acender mais a dissensão de umas*

*tropas, que têm transitado por este Reino, como anúncio e a promessa de não cometerem a menor hostilidade; conhecendo igualmente que elas se dirigem mui particularmente contra a minha real pessoa, e que os meus vassallos leais serão menos inquietados, ausentando-me eu deste Reino: Tenho resolvido, em benefício dos meus vassallos, passar com a Rainha minha senhora e mãe e com toda a Real Família para os estados da América, e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro, até à paz geral....”*

(Norton, 1968, p. 21).

O decreto acima parcialmente transcrito, dá-nos a dimensão dos esforços da coroa portuguesa para conseguir manter-se à margem do conflito, mas também a sua impotência para enfrentar as tropas napoleónicas e resistir à invasão do território e a sua opção por, exilando-se, manter vivo o reino de Portugal.

E numa clara manhã, a 27 de Novembro de 1807, começou o embarque da Família Real: *“Um espectáculo inédito na História de Portugal desenrolava-se sobre as águas calmas do rio Tejo: a rainha, os seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para ir viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo aglomerava-se à beira do cais para assistir à partida”* (Gomes, 2008, p.38).

Quando finalmente a armada parte, a 29 de Novembro, já parte das tropas francesas se encontram às portas de Lisboa e no dia seguinte é afixada nas ruas o edital que dá conta da nova realidade: *“O Governador de Paris, Primeiro-Ajudante do Campo de S.M. o Imperador dos Franceses, e Rei de Itália, General-em-Chefe, Grão-Cruz da Ordem de Cristo nestes reinos. Habitantes de Lisboa. O meu Exército vai entrar na vossa cidade. Eu vim salvar o vosso Porto e o vosso Príncipe da influência maligna da Inglaterra (...). Moradores de Lisboa, vivei sossegados em vossas casas: não receeis coisa alguma do meu Exército, nem de mim; (...). O Grande Napoleão, meu amo, envia-me para vos proteger; eu vos protegerei”* (Norton, 1968, p. 26).

A corte portuguesa, em exílio voluntário, parte para o outro lado do Atlântico, levando consigo “*mais de oitenta milhões de cruzados*” (Norton, 1968, p. 25) e a possibilidade de sobrevivência da monarquia, mas deixando os portugueses entregues à sua sorte: “*Abandonado à sua própria sorte, Portugal viveria os piores anos da sua história. Nos meses que se seguiram, contrariando o exemplo da família real, milhares de portugueses pegariam em armas para resistir à invasão francesa*” (Gomes, 2008, p.44)

A chegada à Baía do navio que transportava o príncipe regente, para além das festividades inerentes a um tal acontecimento, determinou também a decisão de abertura dos portos brasileiros ao tráfego internacional e aos aliados de Portugal (Torgal, 1997) e permite dizer que

“*A mesma Bahia que trezentos anos antes tinha assistido à chegada da esquadra de Cabral, agora testemunhava um acontecimento que haveria de mudar para sempre, e de forma profunda, a vida dos Brasileiros. Com a chegada da corte à Baía de Todos-os-Santos, começava o último acto do Brasil colónia e o primeiro do Brasil independente*” (Gomes, 2008, p. 53).

Quando finalmente o futuro rei avista a baía da Guanabara e desembarca no Rio de Janeiro, “*(...) foi o encontro de dois mundos, até então estranhos e distantes. De um lado, uma monarquia europeia, envergando casacos de veludo, sapatos afivelados, meias de seda, perucas e galardões, roupas pesadas e escuras – e isso debaixo do mais do que conhecido sol tropical do Brasil (...). Do outro lado, estava uma cidade colonial e quase africana, com dois terços da população formada por negros, mestiços e mulatos semidespidos e descalços*” (Gomes, 2008, p. 79).

### **3. Contributo dos aspectos paratextuais na construção das personagens**

A edição de potencial recepção juvenil de 1808 apresenta inúmeros e ricos paratextos, alguns destinados a auxiliar o jovem leitor na compreensão não só da obra em si, mas também do contexto histórico em que se insere a narrativa.

Assim, realçamos os paratextos presentes na página de rosto, na contracapa e nas guardas do livro, os longos títulos dos capítulos, encerrando ainda a obra uma introdução e uma linha do tempo.

O subtítulo da obra “Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil” encerra as representações, acerca das personagens históricas (D. Maria I e D. João VI), que alguns livros de História nos legaram.

As ilustrações da obra são ricas em pormenores e, na grande maioria das vezes, apresentam-se acompanhadas de legendas próprias ou com citações do texto verbal. De um modo geral, as ilustrações nesta obra elucidam o desenrolar da narrativa. Contudo, tendo em conta a dimensão e estrutura deste estudo, vamo-nos centrar apenas naquelas que retratam D. João VI, D. Carlota Joaquina e D. Maria I.

D. João VI aparece-nos sempre retratado com o mesmo traje – casaca azul, calção branco, sapato de fivela, cabeleira branca – fazendo jus às informações que nos são reveladas no texto verbal, uma vez que D. João não primava pelo asseio e normalmente usava sempre a mesma indumentária.

O retrato de D. João VI, feito através das aguarelas de Rita Bromberg Brugger, pode ler-se como D. João enquanto pessoa e enquanto rei. Se como homem este retrato é constante nas suas características físicas e psicológicas, como rei ele sofre aparentes alterações, que seguem de perto a evolução da figura enquanto monarca.

D. João enquanto pessoa é pintado como um homem gordo, velho, de olhar vazio, ar apático, enterrado no trono. Muito pertinentes são as ilustrações da página 21,

onde por oposição a uma Carlota Joaquina ácida e destalheira (página 20) surge, de costas para ela, um D. João velho, sentado, acabado, de costas curvadas, apoiado numa bengala; e da página 91, onde encontramos um D. João de joelhos, com a cabeça enterrada entre as mãos e o rosto escondido, numa alusão ao medo que o monarca tinha de trovoadas.

Como monarca, é no período em que a narrativa se centra no Brasil, que temos praticamente todas as aguarelas de D. João em assuntos de Estado. E nelas é possível adivinhar a personalidade de D. João, muito embora estas aguarelas elucidem os actos do monarca enquanto estadista. Se nalgumas destas aguarelas, D. João aparece direito, com uma postura decidida e atenta (p. 53, 58, 106), noutras não deixa de aparecer enterrado nas cadeiras, com o seu ar indolente (p. 103, 105).

Símbolo delas todas parece-nos ser a ilustração da página 76. D. João surge-nos de pé, com as insígnias reais, junto à coroa, que está em cima de uma mesa. Porém, a figura do monarca apoiada na mesa e o seu olhar vazio são indicadores do seu carácter.

Por fim, centramo-nos na derradeira aguarela sobre D. João (p.136). De novo de regresso a Portugal, o rei, simbolizado através do traje, é um homem derrotado, condenado, sem rosto e vergado, na hora do desembarque, em Lisboa.

#### **4. As personagens que, pelo texto, emergem**

##### **a. D. Carlota Joaquina**

Na narrativa, D. Carlota Joaquina é-nos apresentada não só através do olhar do narrador, mas também de outros historiadores, dos quais o narrador se socorre. E esse olhar revela-nos as características físicas da princesa bem como o seu carácter, muitas vezes em tom de caricatura, bem presente igualmente nas aguarelas que lhe são dedicadas.



O historiador Tobias Monteiro, citado no texto, fala-nos assim da princesa «Magra, ossuda, os olhos inquietos, a boca cerrada, os lábios finos, o queixo comprido, voluntarioso e duro, não ocultava a contrariedade de ver-se em terra de gentes que haveria de sempre detestar.» (p.79).

O narrador prefere apresentá-la pelo seu carácter «(...) a princesa Carlota Joaquina, uma espanhola geniosa e mandona (...)» (p.22). Carlota é, ainda na narrativa, caracterizada como sendo uma mulher “inteligente”, “vingativa”, “briguenta”, controversa, com uma ambição desmedida pelo poder, que a levou a planejar inúmeros golpes contra o rei, todos fracassados.

Esta personagem encarna o estereótipo do Europeu ultraconservador, atrasado, que desdenhava o Outro, de quem exigia total submissão, como mostra a narrativa, ao relatar os incidentes diplomáticos entre a princesa e representantes dos EUA e de Inglaterra, que se lhe recusaram prestar homenagem.

D. Carlota Joaquina é, em parte, o símbolo da corte portuguesa que fugiu para o Brasil. Arrogante, prepotente e ignorante, detesta com paixão o Novo Mundo «Carlota Joaquina detestava o Brasil.»; «Ao embarcar de volta para Portugal, em 1821, tirou as sandálias e bateu contra um dos canhões da amurada do navio. “Tirei o último grão de poeira do Brasil dos meus pés”, teria dito. “Afinal, vou para terra de gente!”»(p.97).

Parece-nos interessante observar não só como a princesa vê o Outro, mas também como esse Outro, neste caso o narrador, vê e nos mostra a princesa, numa feroz caricatura, extensível, certamente sem grande dificuldade, ao Povo e ao País sobre o qual ela reinou.

Carlota Joaquina surge-nos retratada normalmente com um traje nobre, em tons rosas e arroxeados, coberta de jóias, de plumas e empunhando um leque. Nas ilustrações, esta personagem magríssima, apresenta um rosto altivo, duro e

maquiavélico. De notar, a ilustração da página 20, onde Carlota aparece como que vociferando, com as mãos colocadas nos quadris; ou a ilustração da página 98, onde com um olhar diabólico agride D. João; ou ainda a da página 105, onde o leque esconde a cara da princesa, no ritual do beija-mão, deixando certamente adivinhar o profundo desprezo que Carlota nutria pelo Brasil e por extensão pelo seu Povo. Cremos que ao longo deste friso que retrata Carlota Joaquina, o texto icónico ilumina o texto verbal, no que respeita à caracterização psicológica da princesa – vingativa e preconceituosa.

#### **b. D. Maria, a rainha...**

O olhar do Outro sobre a rainha D. Maria I é um olhar contaminado por traços, que alguns livros de história nos legaram – D. Maria surge-nos como uma mulher beata, avessa à inovação, doida. Aliás esta é a característica que é realçada na narrativa sobre esta personagem. Nas poucas passagens que o texto dedica a D. Maria I, em praticamente todas elas é evidenciada a sua demência, seja através da expressão “rainha louca” (p. 21, 22) seja através de expressões como “enlouqueceria” (p.36) ou “acessos de loucura” (p.42).

No entanto, e apesar da sua loucura, de acordo com a narrativa, é a única personagem da família real que apresenta um verdadeiro sentimento patriótico, ao não querer abandonar Portugal rumo ao Brasil «Ao chegar ao cais, ela teria se recusado a descer da carruagem – era a única ali a não querer abandonar o seu país. O capitão da frota real acabou carregando-a no colo até o navio.»(p.42). E apesar, de novo, do seu desvario, acaba por ir ao âmago da questão – a família real fugia mesmo para o Brasil «Sem a menor noção do que acontecia, enquanto seu coche se aproximava do porto em disparada, ela teria gritado ao cocheiro: “Mais devagar. Vão pensar que estamos fugindo!”»(p.42).

A rainha D. Maria I surge-nos apenas em duas ilustrações, que mais uma vez iluminam o texto verbal. Na primeira, a rainha é retratada descalça, em camisa de dormir branca, com a cabeça coberta com um véu negro e com um curioso pormenor, que eventualmente assinala a sua condição nobre – um colar de pérolas. O rosto da rainha assemelha-se a um cadáver e lê-se na sua atitude corporal o pânico (p.24). Na outra, a rainha aparece-nos apenas de costas, ajoelhada no acto da confissão, vestida de preto, com a cabeça coberta com um véu (p.102). No conjunto das duas ilustrações, constatamos que o texto icónico corrobora o texto verbal, no que diz respeito à caracterização psicológica da rainha – louca e beata – “D. José, herdeiro do trono e irmão mais velho do príncipe regente, D. João, havia morrido de varíola porque sua mãe, D. Maria I, tinha proibido os médicos de lhe aplicarem a vacina. A rainha – que posteriormente enlouqueceria – achava que a decisão entre a vida e a morte estava nas mãos de Deus.»(p. 36).

### **c. D. João**

O subtítulo *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* aponta os vectores em torno dos quais a narrativa é gerada, talvez à excepção da aparente centralidade da figura de D. Maria, mencionada em primeiro lugar. De facto, a figura central é a de D. João, “[...] João Maria Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança [...] o último monarca absoluto de Portugal e o primeiro e único de um reino que não durou mais do que cinco anos: O Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves. Nasceu a 13 de Maio de 1767 e morreu a 10 de Março de 1826, dois meses antes de completar 59 anos.” (p. 93)

Procuraremos evidenciar como a construção da imagem desta figura se sustenta em alguns processos razoavelmente simples; um primeiro mecanismo consiste na apresentação de afirmações aparentemente contraditórias, do ponto de vista da valoração positiva/negativa da personagem, das suas acções e do seu efectivo peso na economia da narrativa, sendo o leitor implicitamente convidado a questionar-se sobre o resultado final desse retrato traçado ao longo da obra. Desde o início que se reitera o facto de que “[...] o regente D. João (que ainda não era João VI), anunciou a abertura dos portos [...], o que, na prática, representava o final do sistema colonial.” (p. 9) Apesar de assumirem os autores que D. João carregava sobre os ombros o ónus da derrocada do sistema, nem sempre a imagem negativa ilude a apresentação de algumas ‘virtudes’ que, progressivamente vão sendo avançadas. D. João, de quem se afirma que foge para o Brasil, abandonando e traindo Portugal, alguém que não estava preparado para governar e não fora educado para tal desígnio, passando “[...] os seus dias, entre reuniões com os ministros do governo, missas, orações e cânticos religiosos.” (p.22), “D. João foi o único soberano europeu a pôr os pés em terras americanas em mais de quatro séculos de domínio colonial.” (p.10)

O final anunciado do sistema colonial parece então ter como justificação a entrega dos destinos do império a este filho de D. Maria: “O príncipe-regente era tímido, supersticioso e feio. No entanto, o principal traço da sua personalidade, e que se reflectia no exercício do governo, era a indecisão [...]” (p.23) Esta passagem coloca-nos em contacto com outro dos processos utilizados pelos autores na caracterização da figura de D. João, a caricatura. Embora se recorra a este tipo de procedimento para todas as personagens, é no caso da figura de D. João que as referências passíveis de ridicularizarem a um ponto extremo o regente/rei se multiplicam, com particular destaque para os aspectos físicos da personagem. Se as páginas iniciais criavam a

expectativa de que a incapacidade para decidir, a impreparação para o governo de um reino, se saldariam como os aspectos mais negativos da personagem, tal não nos parece ser claramente confirmado. Em nossa opinião, um registo metódico da forma como D. João é apresentado aos leitores, aponta para uma clivagem entre a figura do fraco estadista com margem de progressão e até mesmo com capacidade para surpreender e a figura de D. João, o homem-figura da corte tão ridículo quanto possível. A caricatura que pareceria estar na génese da personagem, como que se especializa nesta vertente mais mundana e social.

Enquanto estadista, começamos cedo a descortinar alguns indícios de que, apesar de pouco dado a decidir, “[...] em Novembro de 1807, D. João foi posto contra a parede e obrigado a tomar a decisão mais importante da sua vida.” (p. 23) Mais, “[...] D. João hesitava em ceder às exigências do imperador francês.” (p. 24), sendo explicitado o dilema do governante: ceder a Napoleão e aderir ao bloqueio continental ou aceitar a proposta dos ingleses que protegeriam rei e corte na sua fuga para o Brasil; aponta-se ainda como uma terceira possibilidade, potencialmente bem sucedida, caso D. João por ela tivesse optado, de permanecer em Portugal “[...] enfrentar Napoleão e lutar ao lado dos ingleses na defesa do país, mesmo correndo o risco de perder o Trono e, quem sabe, a vida. [...] Mas o inseguro e medroso regente jamais se atreveria a enfrentar um inimigo que julgava tão poderoso, e preferiu fugir.” (p. 24)

E mesmo que a fraqueza tenha ‘triunfado’ e a coragem tenha escasseado, o que conduziu à fuga, à fácil invasão dos franceses, e à decadência generalizada do império, “D. João tentava fazer *bluff* com os dois – um jogo perigoso, e que também não poderia durar muito.” (p.27) Da inépcia à tentativa de *bluff*, assim é, antes de chegar ao Brasil o estadista. E, ainda que o plano de fuga não fosse novo, apesar de a viagem ter sido pouco mais do que improvisada, “Antes de embarcar, D. João teve o cuidado de

esvaziar os cofres do governo-providência que repetiria [...]na viagem de regresso a Lisboa.” (p.43) Este relativo crescendo no que se refere à alusão a um D. João não totalmente destituído de competências no plano estratégico culmina com o episódio designado de ‘Escala Baiana’: “Restam poucas dúvidas de que D. João foi medroso e indeciso em Portugal [...]. No entanto, [...]ao chegar ao Brasil, as suas medidas, a começar por essa hábil escala na Bahia, ganharam carácter, tornam-se mais resolutas e perspicazes.” (pp. 56-57)

Mais relevante então do que os pequenos indicadores de alguma argúcia na tomada de decisões, a figura do estadista D. João consegue iludir o registo caricatural, sendo mesmo, em certas partes do texto elogiosamente apresentada, especialmente se tomarmos em consideração o elencar das medidas tomadas em território brasileiro, as primeiras das quais logo em Salvador. E se a decisão de abrir os portos do Brasil foi forçada, na prática tal representou um passo decisivo na autonomização da colónia ao permitir o comércio directo entre esta e a Inglaterra. A criação da primeira escola de Medicina do Brasil, da primeira companhia de seguros, a autorização para a construção de uma fábrica de vidro, de outra de pólvora, bem como o estímulo a inúmeras actividades produtivas foram medidas que, acompanhadas do plano de fortificação da Baía, mostraram um monarca capaz de ir além dos passeios e das celebrações e capaz de resistir às generosas ofertas feitas no sentido de ficar em Salvador, considerada como mais vulnerável aos ataques franceses do que o Rio de Janeiro.

E é efectivamente esta criação do país, feito ‘visto de lá’ como maior que a descoberta em 1500, o cerne do Capítulo IV: “D. João não perdeu tempo. No dia 10 de Março de 1808, quarenta e oito horas depois de desembarcar no Rio de Janeiro, organizou o seu novo gabinete. Caberia a esse ministério criar um país a partir do nada.” Para além de se otimizar a comunicação entre as províncias e o aproveitamento dos

recursos, estimulando o povoamento, D. João procura, pela via militar, a expansão territorial. Não sendo bem sucedido nos seus intuitos expansionistas, “D. João [concentrou-se] na primeira – e mais ambiciosa das suas tarefas: executar mudanças no Brasil para construir nos trópicos o sonhado império americano de Portugal.” (p. 113)

Contudo, esta imagem de relativa competência governativa não implica que se tenha abandonado, na narrativa, a caricatura. O Rei e a corte eram exemplos acabados de “[...] uma monarquia europeia, envergando casacos de veludo, sapatos afivelados, meias de seda, perucas e galardões, roupas pesadas e escuras – e isso debaixo do mais que conhecido sol tropical do Brasil.” (p. 79) “Príncipe-regente e, depois de 1816, rei do Brasil e de Portugal, D. João tinha medo de siris, caranguejos e trovoadas.” (p.92) A insistente referência aos medos de D. João associa-se à abundante e pormenorizada descrição das suas rotinas, desde a pouca importância dada à higiene pessoal, à higiene da sua roupa até aos seus excessivos e pouco convencionais hábitos alimentares. D. João é, a este respeito, violentamente penalizado, do ponto de vista da sua caracterização, sendo exemplo extremo desse processo o episódio relatado na página 132 e designado como ‘O Penico do Rei’ ou ‘D. João e as suas Manias’, (pp. 92-93). De acordo com a descrição apresentada por Pedro Calmon “D. João era «um homem muito gordo, muito fatigado, muito simples, de suíças castanhas escorridas ao longo da face vermelha, de passo moroso em virtude da eresipela hereditária, e uma velha casaca condecorada com nódoas».” (p.78) Afirma-se mesmo que “Quase todos os historiadores o descrevem como um homem desleixado com a higiene pessoal e avesso ao banho.” (p. 93)

Do tempo passado no Brasil ficaria, apesar de tudo, a “[...]imagem do rei benigno, que tudo providencia, que cuida de todos e a todos protege. D. João passaria à história como um monarca bonacheirão, sossegado e paternal, que todas as noites

recebia pacientemente os seus súbditos [...] para o ritual do beija-mão.” (p. 94). E se, como se afirma no Capítulo V, a corte de D. João se diverte nos trópicos enquanto Portugal sofre e se revolta, na hora de partir, fica para trás um novo Brasil. E, mais uma vez, ainda que tenha tentado fazer-se substituir pelo filho no regresso a Portugal, “Depois de muitas discussões, D. João surpreendeu os seus auxiliares com a seguinte frase: «Pois bem, se o meu filho não quer ir, irei eu.» Era uma atitude inesperadamente corajosa para um rei que sempre dera mostras de insegurança, medo e indecisão.” (p. 139) Parece-nos paradigmática do perfil que de D. João foi traçado. O príncipe, depois rei, terá sempre medos e apresentará sempre uma imagem ridícula. O fraco estadista consegue, contudo, surpreender. E, mais do que isso, permite que se tenha concretizado o seguinte feito, memorável independentemente do lado do Atlântico de que o perspectivarmos: “O Brasil foi descoberto em 1500, mas, na verdade, só foi inventado como país em 1808.” (p.9)

Ângela Balça – UE/CIEP [apb@uevora.pt](mailto:apb@uevora.pt)

Olga Magalhães – UE/CIDEHUS [omsm@uevora.pt](mailto:omsm@uevora.pt)

Paulo Costa – UE/CIEP [plc@uevora.pt](mailto:plc@uevora.pt)



## Referências bibliográficas

- Gomes, L. e Brugger, R. B. (ilustr.) (2008). *1808*. São Paulo: Planeta Jovem
- Martins, A.C.D. (2009). *D. João VI, o Clemente*. Lisboa: QN – Edição e Conteúdos.
- Norton, L. (1968). *A corte portuguesa no Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Oliveira Marques, A.H. (1972). *História de Portugal*. Lisboa: Presença.
- Torgal, L. R. (1997). A idade das revoluções in A. A. Simões Rodrigues (dir). *História comparada. Portugal, Europa e o Mundo*, vol 2. Lisboa: Temas e Debates.

Referência do artigo - BALÇA, A., MAGALHÃES, O. & COSTA, P. (2010). Visto de lá: a corte portuguesa no Brasil contada aos mais novos. *EducarEducere, Julho*, 183-195.